

Reportagem Especial

GASTOS PÚBLICOS

Hartung confia em mais investimentos

Governador se disse favorável à aprovação da PEC do teto dos gastos para retomada da confiança e da capacidade de investir

O governador Paulo Hartung se posicionou favorável à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita o teto dos gastos públicos. Ele acredita que assim será possível retomar investimentos privados e, conseqüentemente, a arrecadação da União, estados e municípios.

“Precisamos estimular nossos parlamentares para que debatam e, se estiverem convencidos como eu, que votem a favor do controle dos gastos públicos, porque isso vai trazer de novo a confiança e a volta do investimento. É ele que produz renda, aquece o comércio e a atividade econômica e aumenta a arrecadação das prefeituras, do Estado, do governo federal”, destacou o governador durante entrevista coletiva no Palácio Anchieta, em Vitória.

Ele criticou quem se posiciona contra a proposta que prevê o limite do crescimento das despesas do governo pela correção da inflação do ano anterior.

“Não adianta formar um grupo de pressão e achar que com ele vamos salvar esse grupinho em uma crise deste tamanho, em que estamos, literalmente, na beirada do precipício. Precisamos nos unir, fazer o que precisa ser feito, tirar o País dessa situação e colocá-lo de novo para crescer, criar emprego e renda”, disse Hartung.

O governador acredita que outras reformas, como a da Previdência, precisam ser feitas, mas ressaltou que a aprovação da PEC do teto já traz mudanças.

“O País empurrou muitos problemas com a barriga. Não é só a questão da PEC, vamos ter de fazer outras reformas importantes, mas é um passo de cada vez. Se a gente conseguir fazer a aprovação dessa PEC na Câmara e no Senado, já vai criando outro clima no País e ele pega no tranco de novo e volta a crescer”, avaliou.

Durante encontro ontem com as quatro prefeitas eleitas em Presidente Kennedy (Amanda Quinta), Montanha (Iracly Baltar), São Gabriel da Palha (Céia Ferreira) e Guaçuí (Vera Costa), Hartung falou sobre a situação econômica.

“Tem de ter calma, sangue frio para tocar essas prefeituras em situação delicada, do ponto de vista fiscal. A crise vai passar, mas enquanto isso temos de dar o passo do tamanho da nossa perna, para não provocar uma ação que leve a retrocessos”, frisou.

A PEC do teto tem de passar ainda por outra votação na Câmara, provavelmente na última semana de outubro. Depois, segue para análise do Senado.



LEONE IGLESIAS/AT

HARTUNG disse que a aprovação da PEC dos gastos já traz mudanças

OPINIÕES



FINES

“A PEC, além de frear os gastos públicos, enquadra os Executivos e acaba não deixando heranças malditas para os próximos gestores”

Marcos Guerra, presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fines)

“O País tem de tomar decisões importantes. Acho que as primeiras delas partem de atitudes como a aprovação do teto dos gastos públicos”

José Lino Sepulcri, presidente da Federação do Comércio do Espírito Santo (Fecomércio-ES)



LEONARDO BICALHO - 23/02/2016



ANTONIO COSME - 22/09/2016

“Estamos em uma crise, com prefeituras e estados demonstrando estarem sem recursos. A aprovação do teto de gastos é de máxima urgência”

Paulo Alexandre Gallis Baraona, presidente do Sinduscon-ES

Prefeitos temem queda nos repasses federais

Com o estabelecimento de um teto para os gastos do governo federal, as prefeituras do Estado temem a redução de recursos destinados à Infraestrutura, Saúde e Educação, o que pode acabar sobrecarregando as contas das administrações municipais.

O presidente da Associação dos Municípios do Estado (Amunes), Dalton Perim, salientou que, de um modo geral, compreende a necessidade dos ajustes das contas públicas. “Sabemos que o País está em uma situação desconfortável, mas a nossa preocupação é de que a corda estoure para o lado mais fraco, que são os municípios”.

Perim explicou que muitas pessoas podem não entender o que é de responsabilidade do município ou do governo federal, e assim cobrar das prefeituras o que não foi feito pela União.

“Um exemplo clássico é na Saúde, em que a responsabilidade do município é da atenção básica, ofertada nas unidades de saúde. O que acontece é que atendimentos de média e alta complexidade competem ao governo federal, mas se ele passa a faltar com seus compromissos, a população cobrada dos prefeitos”.

Além da Saúde, ele falou que as

prefeituras temem impactos também em repasses de investimentos na mobilidade urbana e na construção de escolas.

Sobre o anúncio de que não haveria cortes na Saúde e na Educação, Dalton Perim afirmou que, de toda maneira, o orçamento para essas áreas já não era suficiente.

“Transporte e merenda escolar, por exemplo, estão com valores defasados e não cobrem as despesas. Imagina se forem congelados?”

FERNANDO RIBEIRO - 04/08/2014



DALTON PERIM: responsabilidade

ANÁLISES

“O que é impopular é conviver com inflação e desemprego”

Antônio Marcus Machado, economista e professor universitário



“A decisão do governo de limitar seus gastos do ano subsequente à inflação do ano antecedente é uma demonstração de boa intenção na gestão dos recursos públicos.”

Aparentemente, são medidas impopulares, mas as aparências costumam enganar. De fato, é a solução inadiável que melhor se apresenta frente aos fatos econômicos e sociais.

Ou as instâncias decisórias, no caso o Congresso e a Presidência da República, mantêm o diálogo e convergem para a sua validação e operacionalização, ou toda a socie-

dade pode ter seu futuro comprometido em termos de equilíbrio fiscal, portanto, qualidade de vida.

Porém, o critério para a redução do gasto público não pode se ancorar em áreas vitais como Saúde e Educação. Ao contrário, essas, por serem o esteio de muitas famílias, devem ser valorizadas.

O tamanho da máquina pública, a presença do Estado na economia e o volume de gastos desnecessários ou improdutivos devem ser objeto de redução. O que é impopular é conviver com inflação, desemprego e incerteza previdenciária.”

“É preciso que o orçamento público esteja equilibrado”

Marcelo Loyola Fraga, economista e coordenador geral de cursos da Faculdade Pio XII



“Nenhum país do mundo consegue voltar a crescer e criar empregos com um rombo em suas contas públicas da forma que o Brasil tem hoje. Para voltarmos a ter estabilidade econômica e a confiança do mercado, que resulta em novos investimentos e negócios, é preciso que o orçamento público esteja equilibrado.”

Do jeito que está não pode ficar, ou seja, independentemente de o governo federal ter caixa ou não, está obrigado a gastar valores pré-estabelecidos e obrigatórios em áreas como Educação e Saúde ou, ainda, manter programas sociais em proporções além de sua capacidade de pagamento, entre outras diversas despesas.

Sabemos que investir em áreas

como Educação e Saúde é algo prioritário, principalmente por criarem parte das condições necessárias para o desenvolvimento de uma nação. Porém, há de se ter a noção básica de que não se pode gastar o que não se tem, premissa para qualquer equilíbrio orçamentário.

Por outro lado, limitar a 20 anos a correção do gasto do governo somente à inflação pode ser um exagero, pois pode amarrar demais a administração pública federal em suas esferas de poderes, dificultando o desenvolvimento socioeconômico do País nos próximos anos. Por isso, sugiro que essa discussão e posterior decisão sejam realizadas com muita cautela.”